

**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Comunico a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, conforme CI nº 017/2026, em virtude de agenda externa. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Vinte e Dois da Vigésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.558/2026, do Ministério da Saúde; Ofícios nºs 6, 10, 15 e 16/2026, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 553/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 58.028, 58.031, 58.034, 58.042, 58.067, 58.070, 58.073 e 58.076/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 447/2026, da Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul; e-mail de New Holland; e-mail de Berenice Arruda de Araújo. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Junior Mochi, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Gleice Jane e João Henrique. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Renato Câmara, Lia Nogueira, Caravina, Pedrossian Neto, Paulo Corrêa, Coronel David e Pedro Kemp. O deputado Pedro Kemp justificou a ausência do deputado Zeca do PT, em virtude da realização de exames médicos. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 94/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovados, em segunda discussão e votação nominal, os Projetos de Lei nºs 4 e 5/2026, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 21/2026, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares da professora Salua Mokayad Ferro; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada à Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Seção Sindical (Aduems), em reconhecimento à decisão soberana de sua categoria, que aprovou o estado de greve; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao empresário*

*senhor Alexandre Borges Esquivel, em reconhecimento à sua relevante atuação no incentivo e apoio a ações sociais e esportivas nesta capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao empresário senhor Luciano Nascimento Brás, sócio-proprietário da empresa Silveirão Tintas, em reconhecimento à sua relevante atuação no incentivo e apoio a ações sociais e esportivas nesta capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao empresário senhor Renato Cândido Silveira, sócio-proprietário da empresa Silveirão Tintas, em reconhecimento à sua relevante atuação no incentivo e apoio a ações sociais e esportivas nesta Capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Excelentíssimo Senhor desembargador Dorival Renato Pavan, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em razão da criação da 1ª vara especializada em Direito Ambiental e Agrário do estado, a ser instalada na comarca de Bonito, anunciada no dia 24 de março durante a COP15, na cidade de Campo Grande; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Jamilson Name, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Antonio Vaz, Gerson Claro e Mara Caseiro. **USO DA TRIBUNA** - O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pela professora doutora Erika Porcelli Alaniz, vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Aduems, para discutir sobre a campanha salarial dos docentes da UEMS e sobre a demanda de reenquadramento de carreira de professores aposentados. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, trinta e um de março do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e todos os presentes a esta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 1º de abril de 2026: Ofício nº 16.424/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 034/2026); Ofícios nºs 58.144, 58.147, 58.150, 58.153, 58.156, 58.159, 58.162, 58.165, 58.168, 58.171, 58.174, 58.177, 58.180, 58.183, 58.189, 58.192, 58.195, 58.207/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Antonio Vaz, Gerson Claro, Coronel David, Renato Câmara, Marcio Fernandes e Lia Nogueira; Carta nº 339/2026, da Energisa de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Lidio Lopes (Prot. nº 114/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, eu gostaria de convidar os senhores deputados para assistir a um vídeo da Campanha Institucional da Assembleia Legislativa, mostrando os trabalhos desta Casa. [Apresentação de vídeo institucional]. Essa campanha institucional da Casa vai ao ar agora. Com a palavra, o deputado João Henrique. Passo a presidência ao deputado Pedro Kemp, para que eu possa fazer uma indicação.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Senhor presidente, quero apenas fazer uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública — pedido oriundo da Câmara Municipal de Ponta Porã —, expediente assinado por todos os vereadores e pelo prefeito municipal, solicitando o aumento do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil na cidade. A presente indicação, tendo em vista a crescente preocupação da população com a segurança pública e a necessidade de fortalecimento das ações de combate à criminalidade na região, justifica-se porque, nos últimos períodos, observou-se um aumento da demanda por ações de policiamento ostensivo e preventivo, ao mesmo tempo em que as forças policiais locais enfrentam sobrecarga de trabalho. Nesse contexto, o reforço do efetivo policial torna-se medida essencial para ampliar a capacidade de atuação das instituições de segurança e fortalecer o patrulhamento, proporcionando maior segurança. Assinam os vereadores presidente Gelson Barnabé, Agnaldo Pereira Lima, Lourdes Monteiro, Leandro Bittencourt, Valdecir Fernandes, Ane Espíndola, Biro-Biro, Carlos Bordão, Daniel Puga, Edinho Quintana, Gabriel Arce, Marcelino Nunes, José Júnior, Natália Velasquez, Reinaldo Jalasca, Subtenente Morinigo e Vanderlei Avelino, todos subscrevendo a indicação para aumento de efetivo policial. Era essa a indicação, presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, gente querida. Senhor presidente, primeiramente apresento uma indicação deste Poder ao senhor procurador-geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, doutor Romão Avila Milhan Junior, nos seguintes termos: considerando a publicação, no dia 8 de maio de 2025, da Lei nº 6.405/2025, que institui o Programa do Selo da Agricultura Familiar no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de fomentar, valorizar e fortalecer a produção oriunda da agricultura familiar; considerando que, por meio da Resolução nº 104, de 29 de maio de 2025, a Semadesc instituiu o Grupo de Trabalho Operacional, com a finalidade de elaborar os normativos necessários à regulamentação da lei; considerando, ainda, que, transcorrido aproximadamente um ano da publicação da lei, não houve a devida regulamentação, tampouco a efetiva implementação do programa, o que impede, na prática, que os agricultores familiares exerçam os direitos previstos na norma; considerando, por fim, que a referida lei criou legítima expectativa de direitos aos agricultores familiares interessados em aderir ao programa e que a demora excessiva e injustificada nos atos do Poder Executivo para sua regulamentação pode configurar violação a princípios norteadores da administração pública, como os da eficiência, publicidade e legalidade, solicito ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que adote as providências cabíveis, no âmbito de suas atribuições constitucionais, para apurar eventual omissão do Poder Executivo Estadual

quanto à regulamentação e implementação da Lei nº 6.405/2025, avaliando, inclusive, a pertinência da propositura de ação civil pública, com vistas a assegurar a efetividade da lei e garantir o direito dos agricultores familiares sul-mato-grossenses de participarem de maneira efetiva do Programa Selo da Agricultura Familiar. Senhor presidente, apresento essa indicação e, nesse sentido, solicito ao Ministério Público imediata investigação da estupidez do governo Riedel; sei não ser iniciativa pessoal dele, mas, sim, a mando da Famasul, por meio da lagro, ao não regulamentar a lei que permitirá o selo para aqueles que produzem na agricultura familiar. Para concluir, senhor presidente, apresento uma moção de apoio nos seguintes termos: a bancada do Partido dos Trabalhadores vem a público manifestar seu total apoio ao Fórum dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, que, de forma legítima e organizada, mobiliza-se em defesa da valorização profissional e da recomposição de suas perdas salariais diante do repudiável Reajuste Geral Anual (RGA) de apenas 3,81%, concedido pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul aos servidores públicos estaduais, o qual não cobre sequer a inflação do período, resultando, na prática, em perda real do poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras que garantem o funcionamento dos serviços públicos essenciais, razão pela qual esses servidores veem-se obrigados a intensificar sua mobilização, inclusive com a deflagração de estado de greve como instrumento legítimo de luta pelos seus direitos. Reconhecemos, nesse contexto, a importância fundamental desses trabalhadores e trabalhadoras, que garantem o funcionamento da máquina pública e contribuem diariamente para o desenvolvimento do estado, sendo que sua luta não é apenas por salário digno, mas também pela manutenção da qualidade dos serviços prestados à população. Assim, reafirmamos que o direito à organização, à mobilização e à greve é legítimo e assegurado, constituindo parte fundamental do processo democrático, e, nesse sentido, expressamos nossa total solidariedade às categorias em luta, representadas por entidades como a Fetems, o Sindicato dos Servidores do Detran, os Sindicatos dos Docentes da UEMS, o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Seguridade Social de Mato Grosso do Sul, o Simpol e o Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, entre outras, reforçando a necessidade de que o Governo do Estado estabeleça um diálogo sério, transparente e efetivo com os representantes dos servidores. Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a luta por recomposição salarial justa e por políticas que promovam justiça social, valorização e respeito aos direitos dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, está na hora de o senhor Riedel parar com politicagem e de tentar juntar alhos e bugalhos na defesa de sua continuação, pois é momento de governar e demonstrar que, de fato, é gerente deste estado, o que até hoje absolutamente não fez. Por isso, deputado Pedro Kemp, quero apresentar, junto contigo e com a nossa líder, uma moção de total e irrestrito apoio à luta dos servidores do Estado de Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queria registrar e agradecer a presença, na pessoa dos deputados Paulo Corrêa e Caravina, do meu prefeito e da minha vice-prefeita de Cassilândia: prefeito Rodrigo Freitas e a vice-prefeita Sumara Leal. Obrigado pela presença aqui no nosso Plenário. Sejam bem-vindos. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Deputado Zeca do PT, o governador é o tipo do sujeito que se você chamar hoje para ir a um churrasco, ele vai levar o sal grosso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor professor doutor Laercio Alves de Carvalho, Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), solicitando a reforma geral da unidade da UEMS de Jardim. Esta indicação se justifica diante da necessidade de melhorias estruturais na unidade que desempenha papel fundamental na formação acadêmica e desenvolvimento regional. Acadêmicos, professores e servidores têm relatado a existência de problemas na infraestrutura física, incluindo a necessidade de manutenção em salas de aula, banheiros e demais espaços comuns, além de adequações relacionadas à acessibilidade, iluminação e climatização. A realização de uma reforma geral é medida indispensável para garantir melhores condições de ensino e trabalho, assegurando um ambiente mais seguro, digno e adequado ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Fabricio de Oliveira Galvão, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), solicitando a implantação de sinalização vertical e horizontal, bem como a instalação de redutor de velocidade na BR-267, nas proximidades da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Jardim. Essa indicação tem como objetivo garantir maior segurança viária aos acadêmicos, professores e demais usuários que transitam diariamente pela região. O trecho mencionado apresenta fluxo significativo de veículos em velocidade elevada, o que, aliado à insuficiência de sinalização adequada, aumenta consideravelmente o risco de acidentes. Destaca-se que a área é amplamente utilizada por pedestres, especialmente nos horários de entrada e saída das atividades acadêmicas, tornando indispensável a adoção de medidas que promovam a redução da velocidade dos veículos e a devida orientação do trânsito. É importante esclarecer, ainda, que essa unidade da UEMS de Jardim fica na parte da Rota Bioceânica, ou seja, na frente da BR-267, o que intensificará ainda mais o fluxo de veículos, especialmente veículos pesados, no local. Dessa forma, com a finalidade de contribuir de forma efetiva para a prevenção de acidentes e para a preservação da integridade de toda a comunidade acadêmica, solicitamos medidas urgentes para a implantação de sinalização vertical e horizontal e a instalação de redutor de velocidade na BR-267, em frente à unidade da UEMS de Jardim. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação deste Poder à senhora Soraya Thronicke, senadora por Mato Grosso do Sul, solicitando a destinação de emenda parlamentar no valor de um milhão de reais para investimentos nas escolas de educação infantil e na Escola Municipal Indígena Lóide Bonfim Andrade, no município de Caarapó. Esta indicação atende à solicitação do vereador Pontinha (PT) e visa atender às necessidades de reparos estruturais nas escolas de educação infantil do município de Caarapó e na Escola Municipal Indígena Lóide Bonfim Andrade, que está localizada na Aldeia Indígena Tê'Yikuê. Ainda, senhor presidente, tenho uma indicação deste Poder ao senhor professor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, com cópias ao senhor Frederico Fellini, secretário de Estado de Administração, solicitando as providências necessárias para implementar a progressão funcional por grau de

habilitação, para os servidores de apoio educacional e demais servidores administrativos da Educação de Mato Grosso do Sul. Por último, apresento aqui uma moção de repúdio ao discurso do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República pelo PL (Partido Liberal), que em discurso de compromisso de campanha, defendeu que o Brasil entregue as terras raras e os minérios críticos aos Estados Unidos, fato ocorrido na CPAC (Conservative Political Action Conference), nos Estados Unidos, no dia 28 de março de 2026, no Texas. Conforme o discurso do senador, que foi transmitido por todas as mídias do país, o pré-candidato não só pediu a interferência dos Estados Unidos no processo de eleição no Brasil, como praticamente entregou ao governo americano as chamadas terras raras e os minerais críticos. A conduta do senador em seu discurso não coaduna com o princípio da soberania nacional, prescrito no artigo 1º da Constituição Federal: "Artigo 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, e tem como fundamentos: I - Soberania". Assim, representando o Parlamento Sul-Mato-Grossense, colegiado composto por brasileiros e brasileiras patriotas, propomos a presente moção de repúdio. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas Parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV ALEMS e pela Rádio ALEMS. Eu apresento aqui hoje, presidente, um projeto de lei que dispõe sobre as instituições privadas de ensino de Mato Grosso do Sul, no que se refere às ações, programas e campanhas de educação e conscientização voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher no âmbito do estado. Nesse sentido, as ações, programas, projetos e campanhas de educação e conscientização voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher, desenvolvidos em Mato Grosso do Sul, deverão, sempre que possível, ser estendidos às instituições privadas de ensino, observadas as diretrizes. Esse projeto de lei tem por finalidade ampliar o alcance de políticas públicas de educação e conscientização voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher no nosso estado, considerando que Mato Grosso do Sul já desenvolve iniciativas relevantes nessa área, com ações educativas e informativas destinadas à construção de uma cultura de respeito às mulheres, de combate à violência de gênero e de superação de padrões históricos de discriminação. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Protege MS) –, instituído por meio de decreto, o qual estabelece diretrizes modernas ao priorizar a prevenção por meio da educação, da formação de valores e da transformação cultural. Esse projeto de lei surgiu a partir de uma audiência pública da qual participamos em Dourados, inclusive com a presença de representante da Secretaria da Cidadania e Defesa da Mulher de Mato Grosso do Sul, sendo que, durante essa audiência pública, que também contou com a presença de integrantes do Conselho Municipal de Proteção à Mulher de Dourados e de representantes do Programa Protege MS em outros municípios da região, foi colocada a preocupação existente hoje no nosso estado quanto à

formação dos estudantes da rede privada, diante dos muitos casos de violência contra a mulher no âmbito das escolas dessa rede. Diante disso, precisamos ter uma atenção especial, já que o Programa Protege, deputado Zeca do PT, que é do Governo do Estado, é direcionado às escolas da rede pública, ao passo que estamos tendo muitos casos de violência contra mulheres ocorrendo dentro das escolas particulares, razão pela qual precisamos estender essa política, pois se trata de um programa sério, um programa que transforma. Nesse contexto, questiona-se: por que isso chega apenas a um lado? Por que somente o estudante da periferia, o estudante mais simples, está tendo essa formação, quando, na verdade, o problema da violência também está enraizado dentro das escolas particulares, onde os “filhinhos de papai” estão cometendo atos de violência todos os dias? Isso quer dizer que não pode ser estendido tão somente ao estudante da periferia, mas também aos “playboys”, porque a violência contra a mulher não está apenas nos ambientes mais carentes da periferia, mas também nos condomínios fechados, em meio aos “playbas”. Então, precisamos de um projeto que esteja à altura de garantir a proteção para todas as mulheres em Mato Grosso do Sul e que contribua para quebrar essa cultura do machismo que ainda impera no nosso estado. Portanto, estamos apresentando esse projeto de lei que não vai impactar em nada e que terá, creio eu, um resultado muito importante na ponta, pois precisamos formar esses jovens e essas crianças para que, futuramente, não se tornem agressores de mulheres. Também apresento hoje, presidente, uma indicação a ser encaminhada ao Governo do Estado, com cópia ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, ao senhor Marçal Filho, ao senhor Marcio Grey Alves Vidal de Figueiredo, secretário municipal de saúde de Dourados, para destinação de recursos e adoção de providências administrativas, visando à ampliação do quadro de agentes de combate de endemias em Dourados, com reforço imediato das equipes do CCZ, de modo a assegurar a continuidade das visitas domiciliares, o controle de focos e a identificação das ações preventivas intensificadas, especialmente nas Aldeias Jaguapiru e Bororó, que enfrentam nas aldeias e nas áreas de retomada uma epidemia de Chikungunya. Essa indicação decorre do agravamento do cenário epidemiológico nessas áreas, que está fugindo do controle, pois, conforme dados apresentados sobre a situação no município, há duas mil e duzentas e uma notificações, com mil oitocentos e cinquenta e sete casos prováveis, mil e vinte e cinco casos confirmados, oitocentos e trinta e dois casos em investigação e uma taxa de positividade alarmante de 74,9%, quase 75%. No recorte das aldeias, foram informadas mil seiscentas e oito notificações, com mil e trezentos casos prováveis, setecentos e setenta e três confirmados e quinhentos e quarenta e um casos em investigação, sendo importante destacar ainda que Dourados já contabiliza cinco mortes por chikungunya, enfrentando essa epidemia. Todas as mortes confirmadas são de indígenas, sendo que, dessas cinco, duas são crianças, o que evidencia uma situação extremamente preocupante. Diante disso, precisamos desse reforço com a maior urgência possível, especialmente porque a cobertura de visitas não tem conseguido manter regularidade em todas as regiões, o que fragiliza as ações educativas, preventivas e de controle do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da chikungunya e também da dengue; trata-se, portanto, de um cenário preocupante em Dourados, razão pela qual estamos fazendo essa solicitação para que seja ampliada a cobertura e, conseqüentemente, haja mais agentes de endemias que possam atender, em especial, as áreas indígenas. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que nos visitam nesta manhã. Apresento um projeto de lei que inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a Festa do Peixe, realizada no distrito de Palmeiras, no município de Dois Irmãos do Buriti. Artigo 1º - Fica incluída no anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, a Festa do Peixe, que será realizada anualmente no mês de setembro, no distrito de Palmeiras, no município de Dois Irmãos do Buriti. Parágrafo único - A Festa do Peixe fica reconhecida como manifestação cultural, tradicional e popular, contribuindo para a valorização das tradições locais e o desenvolvimento do turismo regional. O presente projeto de lei tem por finalidade incluir essa festa que é reconhecida por todos e tem grande importância cultural para o nosso querido distrito de Palmeiras, para todo o Estado de Mato Grosso do Sul, em especial para Dois Irmãos do Buriti. Trata-se de um pedido encaminhado pelo vereador Juliano, do município de Dois Irmãos do Buriti. Espero contar com a aprovação de todos os deputados. Senhor presidente, também tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a implantação e a estruturação do Programa Mulher Segura (Promuse) no município de Corguinho. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo vice-prefeito do município de Corguinho, senhor Jeffer Aparecido Peres da Silva. Outra indicação, também, senhor presidente, ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a retomada das obras de pavimentação asfáltica da estrada da Balsinha, a MS-290, que já foi denominada por esta Casa como rodovia Deputado Estadual Onevan de Matos, no município de Naviraí. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo prefeito municipal de Naviraí, senhor Rodrigo Sacuno, e também pelos vereadores Mário do Gesso, Daniel Moretto e Patrícia Capucci, tendo como finalidade solicitar a retomada dessa obra, que é uma importante via de ligação para o escoamento da produção agropecuária, além de atender diretamente assentamentos, produtores rurais, trabalhadores e moradores da região, que dependem da estrada para o deslocamento diário. Trata-se, inclusive, de um trajeto, de um trecho muito pequeno que falta para a conclusão da estrada da Balsinha, razão pela qual pedimos ao nosso Governo do Estado a retomada urgente dessa obra. Apresento uma última indicação, também ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a instalação de uma unidade do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) no município de Ponta Porã. Trata-se de um pedido formulado pelo vereador Gelson Bernabé, da Câmara Municipal de Ponta Porã. A instalação dessa unidade do DOF em Ponta Porã mostra-se uma medida necessária e oportuna, considerando a intensificação das atividades ilícitas típicas de regiões de fronteira, como o tráfico de drogas, o contrabando e demais crimes transnacionais. Cumpre destacar que, atualmente, o único município do estado que dispõe de unidade física do DOF é Dourados, o que evidencia a necessidade de ampliação da estrutura operacional em pontos estratégicos da faixa de fronteira. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, deputado Caravina, mui digno tucano, futuro presidente do PSDB. Vai ter eleição? Vamos conversar então.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero pedir para Vossa Excelência acelerar o Pequeno Expediente, porque eu quero entregar a cesta, de cento e cinquenta reais de reajuste, para bancada do PSDB. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV ALEMS e pela Rádio ALEMS. Senhor presidente, trago hoje um único projeto de lei, que inclui o Off-Road de Bataguassu no Calendário Oficial de eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Off-Road de Bataguassu, realizado anualmente no último final de semana do mês de janeiro, no município de Bataguassu. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Senhor presidente, esse é um evento que já está na décima sexta edição e acontece todos os anos no final do mês de janeiro, no município de Bataguassu, trazendo amantes do off-road de todo o Brasil. Esse evento movimenta a economia do município, a rede hoteleira e atrai turistas de diversos cantos do país para participar dessa atividade, sendo hoje, sem dúvida alguma, o maior, ou um dos maiores, de Mato Grosso do Sul, havendo, inclusive, a informação de que é o maior em número de participantes no estado; dessa forma, entende-se que merece estar no calendário para poder contar com mais apoio. O Governo do Estado já apoia esse evento todos os anos, mediante solicitação, e, com isso, a cada edição o evento vem crescendo ainda mais, sendo que a décima sexta edição acontecerá em janeiro do próximo ano. Nós estaremos lá e, com o apoio dos colegas, esperamos que esse projeto seja aprovado, em razão da importância desse evento para a economia e para o turismo do nosso estado. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento todos aqueles que nos prestigiam com suas presenças, de forma muito especial ao nosso prefeito de Cassilândia, que prestigia esta Sessão. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente apenas para apresentar uma moção de

congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à loja maçônica Nova Era nº 8, em virtude da comemoração de seu 65º aniversário, ocorrido no último dia 28 de março de 2026, considerando não apenas a longa história, mas também os trabalhos contínuos realizados no seio dessa instituição, razão pela qual este deputado requer à Mesa a presente congratulação. A referida loja foi fundada em 28 de março de 1961, antes mesmo da divisão do Estado de Mato Grosso e da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, motivo pelo qual apresento esta moção, senhor presidente, no sentido de reconhecer a importância dessa instituição para a formação do ser humano, bem como a contribuição expressiva que oferece na formação de todos os indivíduos, em função dos valores a eles inculpidos. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente, nobres pares e todos que acompanham esta Sessão. Senhor presidente, tenho duas proposições, sendo uma moção de congratulação e uma indicação. A moção é endereçada ao Instituto Homem Pantaneiro (IHP), na pessoa de seu diretor-presidente, Ângelo Passelli Cipriano Rabelo, em reconhecimento aos vinte e quatro anos de atuação, celebrados em 30 de março de 2026, dedicados ao trabalho contínuo e exemplar pela manutenção, conservação e preservação do bioma pantaneiro. O Instituto Homem Pantaneiro é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede no município de Corumbá, que se consolidou ao longo de mais de duas décadas como referência nacional e internacional na proteção ambiental e na valorização da cultura pantaneira. Assim, senhor presidente, trata-se de uma moção ao meu amigo coronel Ângelo Passelli Cipriano Rabelo, um grande homem e um grande defensor do Pantanal. Apresento também uma indicação endereçada ao presidente do Detran, Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando que não haja fechamento de unidade do Detran do município de Três Lagoas — especificamente a unidade localizada na avenida Rosário Congro —, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos de trânsito à população. É somente isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Antonio Vaz vai falar. Pela ordem, um minuto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, rapidamente... Nós vivemos a quaresma durante quarenta dias. Vivemos agora a semana da Páscoa e, refletindo sobre esse momento, eu resolvi fazer uma homenagem ao tapa, ao tabefe que o governador deu nos servidores públicos, como o presente de Páscoa. Eu resolvi fazer um levantamento, presidente e deputado Pedro Kemp, e constatei que 60% dos servidores ganham até cinco mil reais. Sobre esse valor, 3% representam cento e cinquenta reais, e, diante disso, resolvi montar uma cesta, que vou utilizar como forma de homenagem às mulheres, para entregar à deputada Mara Caseiro. Percorri cinco mercados e, aqui, temos um litro de óleo de soja, um pacote de farinha, um pacote de macarrão, uma bolacha e meio quilo [fala fora do

microfone]... do governador, um pacotinho de sal... [fala fora do microfone]. Aqui está o que foi possível comprar: meio quilo de costela — olha aí que bonitinha — [fala fora do microfone]... ovo... [fala fora do microfone]... que a Teresa Cristina mandou chupar. Só não tem a manga, mas tem arroz e um pouquinho de açúcar. Essa é a cesta que o senhor Riedel resolveu dar aos servidores deste estado. Faça bom uso, Riedel, e continue fazendo politicagem, porque o servidor público vai te devolver o tabefe que você deu na cara de cada um. Obrigado, presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, devemos manter a qualidade dos serviços e não transformar o Plenário em uma quitanda, como o deputado Zeca do PT está querendo. Ele deveria, na verdade, ter pedido ao presidente dele, o Lula, que não injetasse tantos impostos na vida dos brasileiros, porque, com certeza, se os impostos fossem mais baixos, esse carrinho aqui seria insuficiente, e nós teríamos mais carrinhos carregados de alimentos necessários à população de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 00767/2026); um requerimento (Prot. nº 00768/2026). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de pesar (Prot. nº 00765/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: um projeto de lei (Prot. nº 00761/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 00764/2026, 00762/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00763/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 00775/2026, 00774/2026, 00773/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00779/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00782/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nºs 00781/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00776/2026, 00772/2026); uma moção de repúdio (Prot. nº 00778/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00770/2026).). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00780/2026). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, eu gostaria de fazer inversão com o deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passo a presidência para o deputado Paulo Corrêa. Por inversão, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas e plateia que se faz presentes no Plenário, eu queria tratar de dois temas que, na minha visão, são muito importantes: o primeiro deles é enaltecer a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente do município de Nova Alvorada do Sul, na pessoa da senhora Elisméia, funcionária pública da Agraer e que exerce o cargo de secretária no município. Diante da inércia do Incra, que ocorre em vários locais deste estado, onde os títulos emitidos para o MST já ultrapassam trinta anos e, ainda assim, as pessoas continuam até o momento sem o seu título definitivo e sem condições adequadas de trabalho, registro que, devido a essa mesma inércia, convidei várias vezes — e nunca faltou com seu apoio — o deputado Zeca do PT, para que fôssemos ao Incra e buscássemos a destinação de terras existentes no município de Nova Alvorada do Sul, em especial no Projeto de Assentamento Nova Alvorada (Pana), de modo que essas áreas pudessem ser transferidas para que o município realizasse a titulação e a escrituração, considerando que a localidade já se transformou praticamente em um distrito, com vários habitantes. Contudo, por inércia, o Incra não tomou providências. Nesse contexto, a secretária Elisméia ingressou na Justiça com relação ao título nº 1, título esse que foi invadido por autoridades que participaram — à época, da invasão — da administração pública de Nova Alvorada do Sul [sic]: o ex-prefeito, depois o seu sucessor. Um dos participantes dessa invasão do título nº 1 foi, à época, o atual vice-prefeito, razão pela qual a Elisméia entrou na Justiça e, ontem, para a sorte do município de Nova Alvorada do Sul e, mais ainda, para a sorte das pessoas que lá trabalham e tiveram suas terras invadidas, a Justiça determinou que o Incra escreva o município de Nova Alvorada do Sul, de modo a desobstruir essa invasão e, ainda, penalizar os invasores, sendo que todos os envolvidos, à época da invasão, estavam ligados à administração pública daquele momento; assim, quero destacar ao Palhares, nosso prefeito e meu amigo pessoal, a atitude da sua secretária, a sua capacidade e sua visão de conduzir o município no rumo certo. Inclusive, há outra área lá de cinquenta e cinco hectares — também relacionada no Incra, em Brasília — que deve ser repassada ao município, permitindo, igualmente, titular as pessoas que hoje não possuem documento, assim como ocorreu recentemente, há cerca de quinze dias, por iniciativa do Governo do Estado, no distrito de Itamarati, em Ponta Porã, onde foram doados e escriturados mais de novecentos títulos urbanos de um terreno que era do Incra, transferido ao município para fins de regularização. Portanto, a mesma coisa que a secretária Elisméia, de Nova Alvorada do Sul, e o nosso prefeito Palhares estão tentando fazer é algo simples: a terra é do Incra, mas já se transformou em distrito, bastando transferi-la ao município para que este realize a titulação, até porque é o município que precisa oferecer saúde, educação, o título definitivo, abrir ruas, asfaltar e implantar esgoto, algo que não é possível fazer em nome do Incra. Dessa forma, quero deixar registrado aqui nesta Casa a presteza e a competência da secretária de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente de Nova Alvorada do Sul, minha amiga Elisméia, bem como parabenizar o nosso prefeito Palhares; esse era um assunto. O outro assunto, ainda mais grave, é delicado, pois a região da Grande Dourados, Amambai, Iguatemi, Rio Brilhante e Caarapó vem recebendo notificações da Funai que concedem prazo de quinze dias [sic] para pessoas que ocupam essas áreas há cinquenta, sessenta, setenta ou até oitenta anos, muitas delas, inclusive, com títulos concedidos pelo próprio Estado. Esse cenário, a meu ver, também evidencia

uma inércia do Governo, de quem atualmente administra o Estado de Mato Grosso do Sul. Isso porque, desde a Proclamação da República, quando essas terras foram transferidas da União para viabilizar o desenvolvimento, o crescimento e a própria formação do estado, houve a regular titulação por parte do poder estadual; nesse contexto, não parece haver respaldo jurídico para se afirmar que um título concedido pelo Estado, por exemplo em 1940, não teria validade. À época, com o fim da monarquia, a consolidação da República e a organização dos estados, definiu-se a faixa de sessenta quilômetros de fronteira sob responsabilidade da União, enquanto o restante das terras foi repassado ao Governo para comercialização das áreas devolutas, sempre com o cuidado de respeitar aqueles que já estavam na região, muitos dos quais, deputado Zeca do PT, vieram de carro de boi do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, fixaram moradia e não possuíam título formal. Assim, naquele período, o Governo buscava preservar esses posseiros e promover sua regularização, ao mesmo tempo em que organizava a ocupação das terras devolutas, como ocorreu, por exemplo, quando Getúlio Vargas, em 1943, destinou trezentos e sessenta mil hectares de terra para a criação da colônia agrícola, distribuindo doze mil títulos de trinta hectares...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Vossa Excelência me concede um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — ...para quem quisesse vir para cá produzir, criar seus filhos e contribuir com o progresso deste estado hoje maravilhoso. Mas, depois que todos vieram, muitos já faleceram e ficaram seus herdeiros, agora surge a Funai, um órgão sem credibilidade alguma, falido, enviando correspondências para proprietários que estão há muitas décadas na terra, determinando que, em apenas quinze dias, apresentem defesa e provem que a terra lhes pertence. Diante disso, causa estranheza ver o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em silêncio, pois, inclusive, liguei para o presidente da Famasul, que hoje também participa da CNA, e perguntei o que deveria ser feito. Sabem qual foi a resposta que recebi? Ele relatou que precisou pegar um avião até o norte de Mato Grosso e, depois, um barco por mais de seis horas, porque a Funai adotou a mesma medida naquela região, retirando mais de oitocentos ribeirinhos de suas terras, deixando-os todos na rua, destinando essas áreas à própria Funai. Diante de uma situação como essa, questiona-se: que país é esse? A resposta que ouvi foi de que não haveria outra solução, a não ser trocar o governo. Aí eu me pergunto: meu Deus do céu, que situação é essa? Estamos em um país com Constituição ou em um cenário de anarquia? Não concordo com isso! Vou conceder o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Eu queria agradecer a fala de Vossa Excelência, que considero muito bem posicionada, mas faço aqui, deputado Zé Teixeira, uma lembrança histórica de que houve essa parceria da União Federal com os estados, permitindo que estes, nessa faixa após a fronteira, pudessem alienar, vender, negociar, permutar e trocar essas áreas. Assim, é preciso compreender a participação do Governo do Estado naquele momento e, ao mesmo tempo, a deficiência atual em defender essas pessoas que hoje se encontram vulneráveis. Isso porque muitas dessas pessoas

sequer possuem estrutura ou amparo jurídico para reivindicar aquilo que o Estado — e não a União Federal — lhes garantiu por meio de negócios jurídicos realizados no passado, sendo que, agora, simplesmente se veem desamparadas, como bem pontuou Vossa Excelência. Nesse sentido, entendo que cabe ao governador e a todo o corpo técnico identificar quais foram esses negócios, quem são essas pessoas e, a partir disso, promover a devida defesa. Até porque Vossa Excelência hoje está no Partido Liberal, que defende um dos direitos mais fundamentais, que inclusive justifica a própria existência do Estado, que é o direito de propriedade. Portanto, reitero que a fala de Vossa Excelência foi muito bem colocada e deixo à sua capacidade de diálogo e de cobrança junto ao governador para que essas pessoas sejam defendidas, especialmente aquelas que foram devidamente matriculadas e que celebraram negócios jurídicos válidos, sendo necessário que a estrutura de Governo atue para assegurar esse direito de propriedade como algo essencial, conforme previsto na nossa Constituição. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o incorporo à minha fala. Quero dizer a você, com todo o respeito, deputado João Henrique — que é mais jovem do que eu —, que a minha filiação ao PL não mudou em nada, pois estou apenas fazendo parte de um partido político, enquanto os meus ideais já eram esses muito antes de me filiar, no sentido de defender o que é correto, o que é direito e, sobretudo, a Constituição, porque o direito de um não pode se sobrepor ao direito do outro. Nesse contexto, entendo que o Governo do Estado é hoje representado por um governador, mas é preciso lembrar que, no passado, especialmente após a divisão do Estado de Mato Grosso, o que ocorreu foi a emissão de títulos, e o mais importante, deputada Lia Nogueira, é que essas terras não foram doadas pelo Estado à época, mas sim vendidas, tendo o Estado recebido o valor correspondente por hectare, sendo que todos os títulos de Mato Grosso do Sul estão arquivados na Agraer, onde qualquer pessoa pode ter acesso a esses documentos. Diante disso, eu questiono: como fica a situação de quem é proprietário há 20, 30, 40, 50 ou até 60 anos e hoje recebeu uma notificação da Funai sem ter recursos sequer para se defender? E mais, lá em Rio Brilhante, deputada Mara Caseiro, há relatos de uma área de quinze mil hectares, com cerca de dez mil hectares de lavoura. Será que o Estado não vai perceber que isso pode impactar diretamente a economia do município de Rio Brilhante? Será que não é possível uma atuação conjunta com o prefeito, no sentido de buscar, de fato, o que diz a lei? Porque o STF hoje é, sim, um dos pilares da democracia, mas não pode ignorar um título legítimo emitido pelo Estado, que não pode simplesmente ser anulado por uma notificação da Funai. E qual seria, afinal, o direito que a Funai teria para notificar nesses termos? No meu entendimento, quem deveria proceder com esse tipo de medida seria o Incra, que é o órgão responsável pela gestão fundiária no país, mas, no entanto, se todos permanecerem de braços cruzados acreditando que o Brasil acabou, que não há mais justiça e que apenas o STF decide, o que será da economia deste país? Será que vão simplesmente retirar terras produtivas, legais e legítimas, para entregá-las com base apenas em uma notificação da Funai, sobretudo quando muitas dessas pessoas são humildes e não têm condições de arcar com um advogado para se defender? Entendo que este é o momento de o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do governador, acionar sua Procuradoria, buscar o Judiciário e, inclusive, notificar o Governo Federal, questionando

que procedimento é esse em que a Funai notifica cidadãos, concedendo apenas quinze dias para defesa e exigindo a comprovação de propriedade. Para que, então, existe o cartório de registro de imóveis?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O dono é quem está lá com o registro no cartório, sendo que esse documento serve para o banco financiar, esse documento serve para o banco penhorar, esse documento serve para o banco hipotecar e, ainda assim, para ser dono, não serve para nada? Em que país nós estamos? O que é isso para a nossa economia, para nós estarmos aqui e ficarmos na inércia, assistindo Amambai, Caarapó, Dourados e Iguatemi receber notificação da Funai para explicar, em quinze dias, se a terra é ou não é do dono? Eu não entendo que país nós estamos, mas achei que é o momento oportuno, deputada Mara Caseiro, para vir aqui, pois sou amigo pessoal do governador e acho ele uma pessoa muito capacitada, muito competente. Por isso, vim aqui cobrar dele uma ação jurídica contra a Funai, para defender as pessoas que trabalham, produzem e pagam impostos para ele tocar este estado, razão pela qual ele tem que se mover, tem que ter atitude de estadista e de governo. Nós não podemos esperar trocar o governo. Assim Deus permita que troque esse governo, porque, no governo do Bolsonaro, nunca vi invasão, nunca vi índio invadir terra de ninguém; nunca vi sem-terra invadir terra de ninguém.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência concede-me um aparte?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Zé Teixeira, que bagunça, que vergonha, e eu digo vergonha porque estão querendo instalar novamente uma guerra entre produtores e indígenas, uma guerra que já foi instalada lá em 2013, quando vimos pessoas perdendo a vida, brigando por uma terra que nem é delas, que é da União, ao mesmo tempo em que se retira o direito e a segurança jurídica dos produtores e proprietários. Como bem o senhor disse, eu me uno à sua fala e à sua manifestação, no sentido de pedir ao governador que tenha uma ação propositiva, ágil e rápida, para que não seja instalada novamente uma guerra ideológica dentro do nosso estado, evitando que vidas venham a se perder novamente, como todos nós assistimos em Sidrolândia e Antônio João. Nós queremos paz e sempre trabalhamos aqui pela paz no campo, porém, agora vem novamente a Funai querendo desestabilizar a nossa economia e o homem do campo, o que não dá para aceitar. Por isso, me uno à sua manifestação para pedir ao governador Eduardo Riedel que aja, porque não dá para deixar a Funai vir aqui e querer mandar no nosso estado. Não dá! Obrigada, deputado, por trazer esse debate aqui e, mais uma vez, por defender aquele que produz, que comprou e que, dignamente, está lá levando a comida para a mesa do brasileiro, de todo o país e, praticamente, de todo o mundo, porque somos nós que

produzimos. Assim, eu me uno a Vossa Excelência para que não se permita a instalação, novamente, de uma guerra ideológica dentro do nosso estado. Obrigada, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Incorporo o aparte de Vossa Excelência e vou ceder um aparte, com o maior prazer, ao deputado Zeca do PT, meu amigo fazendeiro.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Você não sabe a confusão que isso causou na minha vida. Eu tenho falado assim: claro que nós somos fazendeiros, o senhor tem quatro mil eu tenho duzentos, mas também sou. Deputado Zé Teixeira, primeiro eu acho correto o senhor cobrar do Riedel; mas cobre também da Famasul, porque quem manda lá é a Famasul, quem manda lá é a "fazendeirada", quem manda lá é a Fiems; cobre dos empresários. Cadê eles? Estão acomodados e ricos, deixam vocês — os menores — à mercê da própria sorte.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Nós, pequenos, não é deputado?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É, nós, pequenos. Tem que ir para cima, cobrar do Riedel, da Famasul e da Fiems, porque essas duas entidades é que mandam no governo do Riedel, o senhor sabe, o senhor é fazendeiro dos grandes; primeiro, quero concordar contigo: cobra; segunda coisa, quero cumprimentá-lo, pois o senhor falou uma coisa verdadeira, que, na época do Bolsonaro, não acontecia nada, mas nada mesmo. Se alguém me falar de alguma casa verde e amarela, se alguém me falar de um hospital, se alguém falar de uma creche, se alguém falar de alguma política pública do Bolsonaro, eu dou o braço a torcer. Eu estou vendo o deputado Coronel David me olhando ali, triste, porque é verdade. O senhor falou a verdade. Segunda verdade: cobra de quem pode, da Famasul e da Fiems. Terceiro: vou lhe dar uma triste notícia: mesmo que o Riedel junte todo mundo — alhos com bugalhos, gente caindo do palanque — vocês vão perder de novo. Sabem por quê? Porque o povo não quer voltar, não quer andar para trás; ninguém é caranguejo. O povo quer progredir, e progresso significa continuar com o governo que distribui renda e que faz justiça social. Obrigado, meu querido amigo deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Vossa Excelência coloca uma coisa com a qual eu discordo, pois, primeiro, o Bolsonaro tinha dezoito ministérios, enquanto o atual governo possui trinta e nove, sendo que, ontem, saíram vinte pessoas dos ministérios de vocês, do PT, para fazer política, e eu, particularmente, acho que não vão eleger nenhum. Além disso, entendo que o Bolsonaro era um homem que trabalhava e delegava poder, justamente porque nomeou ministros competentes, tanto que o atual governo de São Paulo, que é o maior estado da federação, foi conduzido por um ex-ministro dele, e, da mesma forma, a Teresa Cristina foi, disparadamente, a melhor ministra do país.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — A ministra da manga.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Pode ser até do abacaxi, da pamonha, não tem problema, isso tudo....

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ela que orientou o povo a comer manga.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — A manga, o abacaxi, a mandioca,

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu falei na televisão: eu queria que ela comesse duas mangas no almoço.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Espere só um minutinho. A mandioca só tem um que está dando: e é o Lula. O resto dá abacaxi, banana, batata, está tudo bom... Eu quero dizer a Vossa Excelência que todos os ex-ministros do Bolsonaro estão eleitos — Damares está eleita, o ministro da tecnologia e satélite [sic] ...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Acho que o senhor não viu pesquisa.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — O ministro está eleito senador e tal...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O governador de São Paulo está com o Haddad no pé dele.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Eu estou falando, meu irmão, e vou falar um negócio para Vossa Excelência: tira a "fazenderama" e para de produzir e pagar imposto, que eu quero saber o que o Governo vai dar para o índio comer. Quem planta um pé de mandioca é produtor; quem planta um pé de banana, para mim é produtor; quem planta um pé de alface, para mim é produtor. Vossa Excelência distingue a "fazenderama" que nós somos, mas Vossa Excelência apoia o pequeno produtor; eu, também, apoio o pequeno produtor, o plantador de hortaliças, de mandioca, quem faz farinha de mandioca, enfim, eu apoio todos. Para mim não tem distinção, porque quem produz um pé de alface, para mim é produtor e está contribuindo com o país. Eu só não concordo com aquele que senta em cima do Mais Social, em cima do Vale Gás e em cima do "não sei do que", porque isso está acabando com o país. Nós, do Sul, produzimos para atender os nossos amigos do Nordeste, porque lá tem o problema do clima, e é difícil de produzir. Mas tem que criar um outro mecanismo para inserir as pessoas na sociedade, como tem que criar um mecanismo para inserir o índio na sociedade.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Nordeste é a região que mais cresce no Brasil.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Vossa Excelência está falando um negócio... Lá em Dourados, a chikungunya se instalou na reserva. Sabe o que que está acontecendo lá? Não tem carro da Funai nem da Funasa para atender as pessoas. Não pagaram...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — A chikungunya é culpa do prefeito de Dourados, o prefeito Marçal.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permite-me um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Não dá para discutir com Vossa Excelência. O que o prefeito tem a ver se o índio é tutelado pelo Governo Federal, deputado? Quem cuida disso é a Funasa, deputado; quem aluga os carros é a Funasa; quem dá o remédio é a Funasa. Sabe o que é que o Governo Federal fez?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quem cuida da cidade é o prefeito.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Você sabe que o prefeito...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Zé Teixeira...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Espere aí que vou te ceder. Sabe o que é que o Governo Federal fez? Pegou a Igreja Presbiteriana, que nunca cobrou nada de ninguém, sendo que ela tinha quatro milhões de reais e agora teve que devolver setecentos e cinquenta mil para o Governo. E, ainda assim, por mais que seja uma ONG séria, uma ONG honesta, uma ONG de gente de bem, que investiu dinheiro, o Governo Federal foi lá e cortou os convênios para dar o dinheiro para ONG vagabunda que desvia dinheiro. Deputado, eu permito o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não fale assim, deputado, o senhor está agressivo demais. Não fale esse palavrão. Vou pedir à Mesa... Senhor presidente, por favor, retire esse palavrão a que o deputado se referiu à ONG. É um absurdo que está acontecendo.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, o deputado Zeca do PT não obedece ao Regimento.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O senhor é um homem sereno, tranquilo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Mas eu não disse qual é. Eu disse que sim, que desviam o dinheiro do INSS; o malandro do careca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quem é que mexeu? Quando que começou o desvio no INSS? Em 2019. Quem estava no governo? Bolsonaro. Quando que começou o Banco Master? No governo Bolsonaro.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Discutir com o PT, deputado Zé Teixeira... Deputado Zé Teixeira, primeiro cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. O senhor só fala a verdade. É que hoje é 1º de abril, Dia da Mentira, é o dia que o pessoal do

PT mais se exaspera, que quer falar que fez e o que não fez. E mais uma vez o deputado Zeca do PT mente ao dizer que o presidente Bolsonaro não fez nada aqui em Mato Grosso do Sul. Eu já o desmenti, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Fale alguma coisa que ele fez!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vou mandar cortar o seu microfone, porque o senhor é mal educado!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Fale alguma coisa que fez!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor é mal educado. Eu quero falar!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Fica berrando e não fala. Só berra!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Nós já provamos ao deputado Zeca do PT, aqui nesta Casa; é que ele não tem uma memória privilegiada. Ele só lembra aquilo que lhe interessa, mas nós já provamos para ele que, só no governo do Jair Bolsonaro, foram feitas aqui mais de sete mil casas, por meio do ministro Rogério Marinho, sendo que eu mostrei para ele a documentação. Então, o senhor quer que eu lhe pergunte o que tem desse governo do PT, que é enganador? Aí, permita-me mais uma coisa, deputado Zé Teixeira: eu vejo ali o deputado Zeca do PT criticar tanto hoje o governo do Eduardo Riedel, mas, enquanto ele tinha os cargos dele lá, dependendo desses cargos dentro do governo do Riedel, ele ficava quietinho, só elogiava, e agora, como perdeu os cargos, fica aí criticando e querendo colocar o PT aqui em Mato Grosso do Sul, o que ninguém merece, porque, no Brasil, nós já estamos sofrendo, imagina aqui em Mato Grosso do Sul. Fique quietinho, deputado! Então, para finalizar, deputado Zé Teixeira, parabéns pelo seu pronunciamento, pois o senhor, mais uma vez, só fala a verdade, até porque hoje é 1º de abril, e o PT quer mentir também. Continue mentindo, deputado Zeca do PT. O senhor é craque nisso.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado, muito obrigado pelo aparte. Deputado Zeca do PT, qualquer hora que o senhor me pedir aparte, eu lhe concedo; porém, como o senhor é um homem bem-educado, peço que não fique interferindo quando o outro está falando, até porque o presidente não corta a sua palavra e eu sou obrigado a falar. Agora, quero dizer a Vossa Excelência que me lembro do seu governo que ajudei bastante, pois nunca criei embaraço para Vossa Excelência, tanto que me considero um homem decente e acredito que fui um dos melhores deputados nos oito anos do seu mandato. Muitas vezes, o deputado Paulo Duarte, que está aqui de testemunha e que foi secretário de Estado de Finanças — muito competente — sabe disso; muitas vezes fui até ele para trocar ideias e explicar as dificuldades enfrentadas pelos comerciantes, que pagam uma carga tributária muito elevada, e ele sempre atendeu com muita presteza. Vossa Excelência também sabe que eu, como produtor rural, defendi essa bandeira, pois entendia que não

havia recursos suficientes para fazer estradas, e ajudei a aprovar o Fundersul, inclusive contra a minha própria classe; mas sou um homem de linha, sou um homem decente. E agora quero dizer que, quando Vossa Excelência foi governador, eu me lembro de um episódio em que uma pessoa — acho que irmã de uma amiga, do PT de Fátima do Sul — que veio aqui e disse que a Cavalaria da Polícia Militar foi até lá — sendo que o Pedro Kemp era o secretário — e usou spray de pimenta contra os professores.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Spray de pimenta com 260% de aumento!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado, aguarde o seu aparte que eu vou lhe conceder. Estou apenas relatando que a Cavalaria interveio e utilizou spray de pimenta contra os professores, nada além disso. Eu era deputado na ocasião, portanto não estou mentindo. Agora, com relação à cesta que Vossa Excelência trouxe, eu faço questão de destacar: o óleo que o senhor trouxe vem do produtor rural; a farinha vem do produtor rural; o arroz também é fruto do trabalho do produtor rural; ou seja, tudo o que está ali é resultado da produção rural. Portanto, peço um momento, sem interferências, porque estou aqui falando e, em nenhum momento, discriminei qualquer produtor rural pelo seu tamanho. No entanto, Vossa Excelência, muitas vezes, ao elevar o tom após suas manifestações, acaba ofendendo o setor produtivo ao utilizar termos como “fazenderama”, sendo que são esses homens que pagam impostos e ajudam a sustentar estruturas como essa Funai falida, inclusive sem dinheiro para manter veículos para atendimento da chikungunya em Dourados. Além disso, cortaram o convênio com entidades evangélicas que atuam com respeito e dignidade, e eu reafirmo o que já disse: se houver uma CPI dessas ONGs — inclusive de entidades que nem possuem personalidade jurídica, como é o caso do MST, que, ainda assim, recebe recursos públicos (para invadir fazendas) — será possível esclarecer muita coisa. Por fim, deputado, o que estou apontando é o descaso atual com o direito de propriedade: é como se alguém chegasse ao seu pesqueiro, onde Vossa Excelência investiu, comprou alevinos, produziu e hoje possui milhões de tilápias e um frigorífico estruturado, e simplesmente dissesse que aquilo agora não lhe pertence mais. Isso é inadmissível, pois quem produziu, investiu e construiu tem o direito de ser respeitado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Deputado, terminou o seu tempo, meu irmão.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado Paulo Corrêa, muito obrigado. O que eu disse foi o suficiente para explicar duas coisas importantes: o assunto da Funai e também enaltecer o trabalho da secretária Elisméia Borges e do prefeito Paleari, do município de Nova Alvorada por estarem regularizando o que havia de ilegalidade sobre o Incra naquele município, em especial na Pana. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, quero apenas para registrar, carinhosamente, a presença do Firmino Cortada, que já está no novo hall dos maiores influenciadores das redes sociais, com dois milhões e trezentos mil seguidores. Quero cumprimentá-lo e agradecer a sua presença, Firmino, aqui em nossa Casa, porque, hoje, para nós que trabalhamos com política, levar nossa mensagem pelas redes sociais exige um esforço muito grande, muitas vezes para conquistar mil, mil e quinhentos seguidores, falando de política; e você, que nasceu aqui em Mato Grosso do Sul, conseguiu, mesmo com todas as dificuldades, levar a sua história com leveza e graciosidade para as redes sociais, sendo abraçado por todo o Brasil. Senhor presidente, o Firmino tem suas raízes em Porto Murtinho e, quanto ao que dizem sobre a “fazenderama”, se ele tiver a oportunidade de fincar os pés na política, pode ter certeza de que já tem reconhecimento por mérito próprio, sem precisar da política. Portanto, Firmino, se vier para a política, que seja para servir, e não para se servir dela. Obrigado por estar aqui conosco hoje. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Eu estava aqui com a ficha do Firmino. Vou falar só um nome para ele deputado, porque eu sou o mais antigo. Mande um abraço para o Nininho, Firmino.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero fazer, de forma breve, um registro importante, agradecendo a gentileza de Vossa Excelência; trata-se de um registro triste da nossa história, pois hoje, exatamente sessenta e dois anos depois, ainda vivemos as consequências de um golpe brutal contra a democracia brasileira, ocorrido em 31 de março e 1º de abril de 1964, quando forças conservadoras ligadas ao latifúndio, ao setor industrial e, particularmente, aos militares atentaram contra a democracia. Naquele momento, foi negada ao país a oportunidade de avançar, durante o governo João Goulart, com as chamadas reformas de base, como a reforma bancária, a reforma da educação, a reforma tributária — para que os mais ricos passassem a pagar impostos, algo que até hoje ainda é objeto de debate — e também a reforma agrária, com o objetivo de enfrentar o latifúndio e permitir que a produção rural pudesse garantir alimentação digna para a população. Portanto, como deputado e como cidadão, quero manifestar aqui o meu repúdio — mesmo passados sessenta e dois anos — a esse episódio que marcou profundamente e trouxe consequências duras à sociedade brasileira. Obrigado, presidente.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, eu queria registrar e dar as boas-vindas ao vereador de Três lagoas, Daniel da Farmácia, que se encontra em nosso Plenário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Seja bem-vindo, Daniel da Farmácia. Aproveito para registrar a presença do melhor vereador de Cassilândia, Peter Simão, porque a Sumara, vice-prefeita, o deixou ser o melhor vereador; e a presença do prefeito Rodrigo, de Cassilândia, engrandecendo o Plenário hoje. Viva Cassilândia! Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, gostaria apenas de fazer a entrega à Mesa Diretora de um pedido que apresento juntamente com a bancada do PL, subscrito por Vossa Excelência, por mim, pela deputada Mara Caseiro, pelo deputado Zé Teixeira, pelo deputado Neno Razuk, pelo deputado Marcio Fernandes e também por outros parlamentares desta Casa, para que seja analisada a expedição de Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Flávio Nantes Bolsonaro, nosso pré-candidato à presidência da República, que estará em nossa Capital por ocasião da realização da Expogrande; assim, faço agora a entrega do referido pedido a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Recebo, nobre deputado. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um senhores deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Agradeço, nobre segundo-secretário, deputado Pedro Kemp. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 021/2026. Autor: Poder Judiciário. "Altera a Lei nº 3.687, de 9 de junho de 2009 - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0021/2026, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente. Foram duas mudanças: mudança da data-base de março para maio, do Poder Judiciário; e alteração do nome de um cargo. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 213/2026. Autor: deputado Antonio Vaz. "Inclui, no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dia do Antigomobilista". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 00213/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT)

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Retirado de pauta por questões regimentais. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 222/2025. Autor: deputado Renato Câmara, com coautoria do deputado Caravina. "Inclui o evento 'Viva Quebracho' no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para declarar o voto, o autor, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Esse é um movimento que começou em Quebracho. Eu e o deputado Caravina estivemos lá e ficamos impressionados com o tamanho e a participação da população de toda a região de Anaurilândia. É um evento que valoriza o homem do campo, a cultura local e, estando no Calendário Oficial, vai se fortalecer ainda mais. Essa é uma ação que vai levar o desenvolvimento para toda essa região. Meu voto é sim, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Posso encerrar a votação? Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado! Só quero deixar uma indagação. Acho que há vinte ou trinta anos, em 1989, o grande movimento ruralista no Brasil foi a União Democrática Ruralista (UDR), comandada pelo Caiado, o Homem do Cavalo Branco. Caiado candidato a presidente da república. Eu queria saber da UDR daqui: alguém vai apoiar o Caiado? Ou o Caiado vai cair do cavalo? Essa é a indagação. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, porque essa indagação política agora?

Projeto de Lei nº 222/2025, de autoria do deputado Renato Câmara e do deputado Caravina.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Presidente, não estou presidindo a Casa. Quem está presidindo é Vossa Excelência. Pela ordem, que não tem fundamento... Por que o PT quer saber se vão apoiar o Caiado ou não. Qual é o interesse disso?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Perfeito. Essa discussão eu vou deixar para os dois produtores rurais de Dois Irmãos de Buriti fazerem no privado. Mas nós temos que tocar aqui a nossa Sessão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, trinta indicações, uma moção de protesto, uma moção de apoio, doze moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento de Delvair Bacchiegas. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Sebastião Moreira da Costa. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Israel Cardoso de Andrade. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Souleiman Khaled de Andrade Aragi. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento de Adélia Gonçalves de Souza Freitas Garcia. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento de Sandra Terezinha Corte Real Coelho. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerradas as Explicação Pessoais. Está encerrada a Sessão. Obrigado, senhores deputados (11h07min).